



TEATRO E PRISÃO: INFILTRAÇÕES DAS ARTES CÊNICAS EM ESPAÇOS DE VIGILÂNCIA

THEATER AND PRISON: INFILTRATION PRACTICES OF THE PERFORMING ARTS IN SURVEILLANCE SPACES

TEATRO Y PRISIÓN: INFILTRACIONES DE LAS ARTES ESCÉNICAS EN ESPACIOS DE VIGILANCIA

Vicente Concilio¹

Amanda Dalsenter Cardoso²

Guilherme Augusto Nunes dos Santos³

Pedro Henrique Vieira de Souza⁴

Resumo: O presente texto relata um trabalho realizado por nós, integrantes do projeto de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância*, coordenado por Vicente Concilio. Desde 2017 a proposta articula ensino, pesquisa e extensão proporcionando ações da universidade em espaços de privação e restrição de liberdade. A partir de atividades artístico pedagógicas, realizamos uma pesquisa participante, registrando essas práticas em desenhos, dramaturgias, escritas criativas e artigos. As principais ações do projeto acontecem no Presídio Feminino de Florianópolis, no Centro de Internação Feminino (CIF) e no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis (HCTP). É nesse contexto que buscamos desenvolver metodologias de ensino do teatro; cada instituição com suas necessidades específicas. Refletimos sobre seus pontos de contato e suas divergências, enfatizando nosso desejo de construir uma pesquisa em rede, materializando o trabalho realizado pelo grupo. As práticas teatrais que desenvolvemos dentro dos espaços de privação de liberdade visam promover acesso à educação e à cultura, na tentativa de construir um espaço outro,

¹ Diretor Teatral e Professor da Licenciatura e da Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordenador do Programa de Extensão *Pedagogia das Artes Cênicas e Espaços de Criação* e do grupo de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2897-1581>

E-mail: vicente.concilio@udesc.br

² Atriz e diretora. Graduanda em Licenciatura em Teatro, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista CNPq do grupo de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2983-5274>

E-mail: amandadalsenter@gmail.com

³ Ator e diretor. Graduando de Licenciatura em Teatro, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista CNPq do projeto de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5888-2221> E-mail: guilhermeaugut@gmail.com

⁴ Artista, Graduando de Licenciatura em Teatro, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista de extensão do programa de extensão *Pedagogia das artes cênicas e processos de criação*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2382-6830> E-mail: pedrohvieira0603@gmail.com

em forma de práticas coletivas. Pensamos em como essas práticas, quando infiltradas nas instituições totais, podem suscitar um pensamento coletivo não conformista com a situação da vida encarcerada, favorecendo certa emancipação destes indivíduos e manifestando nosso vínculo a uma perspectiva abolicionista penal: é possível pensar por meio das artes o fim das prisões?

Palavras-chave: Abolicionismo penal. Socioeducação. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Pedagogia das Artes Cênicas. Presídio Feminino.

Abstract: *This text reports on work carried out by us, members of the research project Theater and Prison: infiltration practices of the Performing Arts in surveillance spaces, coordinated by Vicente Concilio. Since 2017, the proposal has articulated teaching, research and extension, providing university actions in spaces of deprivation and restriction of freedom. Based on artistic pedagogical activities, we carried out a participant research, recording these practices in drawings, dramaturgies, creative writings and articles. The main actions of the project take place in the Women's Prison of Florianópolis, at the Women's Juvenile Detention Center (CIF) and at the Custody and Psychiatric Treatment Hospital (HCTP). It is in this context that we seek to develop theater teaching methodologies; each institution with its specific needs. We reflected on their points of contact and their divergences, emphasizing our desire to build a network of research, materializing the work carried out by the group. The theatrical practices that we develop within spaces of deprivation of freedom aim to promote access to education and culture, in an attempt to build a different space, in the form of collective practices. We think about how these practices, when infiltrated in total institutions, can raise a collective thought that does not conform to the situation of incarcerated life, favoring a certain emancipation of these individuals and manifesting our link to a penal abolitionist perspective: Is it possible to think about the end of prisons through the arts?*

Keywords: Custody and Psychiatric Treatment Hospital. Penal abolitionism. Theater Pedagogy. Juvenile Detention Center. Women's Prison.

Resumen: *El presente texto reporta un trabajo realizado por nosotros, integrantes del proyecto de investigación Teatro y Prisión: prácticas de infiltraciones de las Artes Escénicas en espacios de vigilancia, coordinado por Vicente Concilio. Desde 2017, la propuesta articula enseñanza, investigación y extensión, proporcionando acciones de la universidad en espacios de privación o restricción de libertad. A partir de actividades artístico-pedagógicas, realizamos una investigación-acción, registrando las prácticas en dibujos, dramaturgias, escrituras creativas y artículos. Las principales acciones del proyecto ocurren en el Presidio Femenino de Florianópolis, en el Centro de Internación Femenino (CIF) y en el Hospital de Custodia y Tratamiento Psiquiátrico de Florianópolis (HCTP). Es en estos contextos que buscamos desarrollar metodologías de enseñanza de teatro; cada institución con sus necesidades específicas. Reflejamos sobre los puntos de contacto y sus divergencias, enfatizando nuestro deseo de construir una pesquisa en red, materializando el trabajo realizado por el equipo. Las prácticas teatrales que desarrollamos dentro de los espacios de privación de libertad apuntan a la promoción del acceso a la educación y a la cultura, como tentativa de construir un espacio otro, en forma de prácticas colectivas. Pensamos en cómo estas prácticas, cuando son infiltradas en Instituciones Totales, pueden despertar un pensamiento colectivo disconformista a la situación de la vida encarcelada, favoreciendo cierta emancipación de los individuos y manifestando nuestro vínculo a una perspectiva abolicionista penal: ¿es posible pensar por medio de las artes el fin de las prisiones?*

Palabras clave: Abolicionismo penal. Centro de Internación Femenino. Hospital de Custodia y Tratamiento Psiquiátrico. Pedagogía de las Artes Escénicas. Presidio Femenino.



Introdução

O presente artigo pretende descrever as ações desenvolvidas dentro do Programa de Extensão *Pedagogia das Artes Cênicas e Processos de Criação*, destacando aquelas que se coadunam com o projeto de pesquisa *Teatro e Prisão: Práticas de Infiltração das Artes Cênicas em Espaços de Vigilância*⁵, ambas ações coordenadas por Vicente Concilio (docente do Departamento de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Esta conexão destaca a importância de associarmos ensino, pesquisa e extensão em propostas que verticalizam o alcance de nossos projetos, sobretudo quando as ações lidam com temáticas pouco acessíveis, como é o caso dos contextos prisional e socioeducativo, que constituem o foco deste artigo.

Concilio atua desde 2001 em contextos de privação de liberdade. Seu livro *Teatro e Prisão: dilemas da liberdade artística* (2008) é resultado de sua pesquisa de mestrado e sintetiza a atuação desenvolvida por ele quando ainda residia na cidade de São Paulo (SP). Sua mudança para a cidade de Florianópolis (SC) o obrigou a construir novos percursos para retomar atividades artísticas e pedagógicas dentro do sistema prisional, o que nem sempre é um processo simples, dadas as dificuldades estruturais de acesso ao ambiente educacional das *instituições totais*, termo cunhado pelo antropólogo Erving Goffman (2015) para definir espaços como as prisões, hospitais e quartéis, nas quais a lógica individual é submetida a uma gestão centralizada e autoritária, o que pode gerar um efeito que ele denomina como *mortificação do eu*.

Em Florianópolis, Concilio receberia autorização para acessar uma unidade prisional em 2017, após muitas negociações e a conquista de apoio junto à Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa do Estado de Santa Catarina. Foram os responsáveis pela área educacional das prisões que decidiram que o projeto deveria ocorrer em uma unidade prisional para mulheres. Ao mesmo tempo, as negociações para atuação no sistema socioeducativo da cidade estavam encaminhadas, mas outros fatores também limitaram a atuação do projeto à unidade feminina (chamada de Centro de Internação Feminino – CIF) do sistema socioeducativo em Florianópolis, em um processo descrito no artigo *O Teatro entre as grades do patriarcado: privação de liberdade e de experiências em uma prática no regime*

⁵ Imagens e informações sobre o projeto podem ser acessadas em <https://www.instagram.com/teatro.prisao>



socioeducativo (2020), que expõe as dificuldades de integrar a ação artística em um ambiente marcado por opressões sexistas de diversas ordens.

Desde 2017, portanto, a ação extensionista ocorre nesses dois campos. Mesmo em 2020 e 2021, durante a epidemia da Covid-19, quando o acesso às unidades foi vetado em conformidade às normas de distanciamento social, o projeto buscou alternativas para seguir acontecendo.

No sistema socioeducativo, foram desenvolvidas estratégias de oferta de aulas online, que aconteceram semanalmente durante o primeiro semestre de 2021, ministradas pela pesquisadora Laís Jacques Marques⁶ (2020). Foi uma tentativa que gerou resultados pouco animadores, uma vez que a aula acontecia de forma síncrona por meio de plataformas de reunião online. A dinâmica era complicada: a proposta de jogos e exercícios era explicada para as estudantes, mas sua execução precisava ser acompanhada por meio da transmissão feita por uma agente socioeducativa. A fluência dos processos ficava muito prejudicada, gerando mal estar e desinteresse pelas atividades, que acabaram sendo canceladas em poucos meses.

Já no Presídio Feminino de Florianópolis o acesso foi praticamente impossível, mas as pessoas que participavam do projeto naquele momento, sobretudo Concilio e a então doutoranda Caroline Vetori, desenvolveram um caderno de atividades chamado *Das saídas que moram nas palavras*⁷ (2021), uma ação que pretendia proporcionar um espaço de autopercepção e cuidado por meio de propostas de escrita criativa e sensível.

Quando as atividades presenciais foram retomadas, sobretudo a partir de 2022, esses espaços aos poucos foram se abrindo novamente a nossas intervenções. A novidade foi que em 2023 um outro espaço passou a receber nossa atuação: o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), uma unidade que faz parte do Complexo Penitenciário de Florianópolis e que é responsável pelo cumprimento da pena de privação de liberdade por homens considerados inimputáveis.

Esses três espaços distintos, o Presídio Feminino de Florianópolis, o Centro de Internação Feminino e o Hospital de Custódia são territórios marcados pelas dificuldades que

⁶ Atriz, professora de Teatro e pesquisadora das relações entre ensino das artes cênicas e sistema socioeducativo. Mais informações na página: <http://lattes.cnpq.br/2423056898714162>

⁷ O caderno de atividades pode ser acessado gratuitamente em: <https://lojahucitec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/CLIQUE-AQUI-PARA-DOWNLOAD.pdf> Acesso em: 18 dez. 2024.



o sistema prisional concentra - a lógica punitivista que recai sobre pessoas empobrecidas, com baixa escolaridade, periféricas e racializadas estão evidentes nos dados que compõem o sistema carcerário brasileiro.

Embora cada um desses espaços proponha desafios específicos – o cárcere feminino, o aprisionamento da juventude e as dificuldades de transitar com arte entre a punição e a saúde mental – nosso objetivo com este artigo é demonstrar como essas ações se propõem a ampliar o diálogo entre a universidade e os ambientes de privação de liberdade.

Assim, além de expor a realização de práticas extensionistas que garantam a formação de futuros e futuras licenciandas em artes cênicas conscientes do papel social do teatro, ainda nos preocupamos em ampliar as discussões acerca da disputa pelo abolicionismo penal e das lutas pelo desencarceramento, disputas sem as quais nossa atuação não teria a mesma radicalidade.

Por isso, de agora em diante vamos expor a trajetória das práticas realizadas em cada um dos espaços para depois demonstrar como essas ações se conectam com nosso desejo de buscar alternativas ao processo do encarceramento em massa em curso em nossos dias.

Artes Cênicas no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) de Florianópolis é uma instituição com caráter duplo, hospital e de prisão, localizada dentro do maior complexo prisional da cidade. Nela são mantidos homens acima de 18 anos de idade que cometeram algum delito e são considerados inimputáveis devido a diagnóstico de transtornos mentais ou deficiência psicossocial. As aulas neste campo acontecem semanalmente desde o primeiro semestre de 2023, e são conduzidas pelos bolsistas e pesquisadores do projeto Amanda Dalsenter Cardoso e Guilherme Augusto Nunes dos Santos (Cardoso; Santos, 2023a; 2023b), licenciandos em Artes Cênicas.

Para entender a complexidade do HCTP, é importante iniciar pelas nomenclaturas utilizadas pela instituição para mascarar o cárcere, como: enfermarias para substituir as celas ou pacientes para substituir pessoas privadas de liberdade. Infelizmente, os uniformes laranjas, a presença dos policiais penais, as celas, as algemas, a rotina e as operações de uma instituição



punitivista não são substituídas. Ainda que as pessoas ali mantidas recebam tratamento psiquiátrico, o HCTP se mantém nos moldes prisionais.

Desde o início da atuação da ação de extensão ali, em abril de 2023, o fechamento do HCTP estava iminente, devido a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cumprimento à Lei nº 10.216/2001 (Lei Antimanicomial) (Brasil, 2001), que previa o encerramento da unidade (e de todas as demais deste caráter no Brasil) até o dia 28 de agosto de 2024. Para além deste fato, as práticas teatrais ainda iriam acontecer ali, e por isso foram pesquisadas diferentes estratégias na tentativa de compreender como as artes cênicas se infiltrariam nessa instituição.

Inicialmente, as aulas foram pensadas em um projeto semestral, para que por meio de jogos teatrais e de improvisações fossem construídas cenas para compartilhar em um evento público, que aconteceria em julho de 2023. Foram encontradas adversidades nesse formato de trabalho, porque havia uma rotatividade considerável das pessoas que participam das aulas, uma vez que a participação não era compulsória. Além disso, outros fatores influenciavam na participação, sendo alguns deles: a temperatura, a quantidade de vezes que os pacientes haviam acessado o pátio, a abordagem convidativa ou ríspida dos policiais penais, o interesse despertado pela atividade que pensamos para o dia, os efeitos da medicação que eles haviam ingerido, a equipe de plantão, entre muitos outros.

Depois disso, a ideia de compor um processo semestral foi abandonada, repensando-se as estratégias e instaurando um trabalho em formato de oficinas teatrais que se concluíam a cada encontro. A cada semana, um grupo era formado e o processo era desenvolvido com eles. Ao fim de cada encontro, todos eram convidados a voltar na próxima semana, mas caso não voltassem, um outro grupo era formado.

Foram propostas diferentes abordagens teatrais, sendo elas: teatro de animação, jogos teatrais, teatro do oprimido e contação de histórias. Sempre era sugerido o desenvolvimento de algum registro no fim da aula em desenhos, já que a maioria dos alunos não são alfabetizados. Notou-se que o desenho era uma atividade que promoveu grande engajamento e essa linguagem foi apropriada pelos docentes extensionistas para compor as aulas sistematicamente.

As metodologias utilizadas no primeiro ano de trabalho foram apresentadas e publicadas nos anais do VII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, que aconteceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em dezembro de 2023. Os trabalhos estão intitulados como *Cenas*



fabuladas de vidas mutiladas: reflexões sobre as artes cênicas e as neurodivergências em espaços de privação de liberdade e Infiltrações, fissuras e subversões: um diálogo entre o teatro de animação e o hospital-prisão.

A pesquisa de propostas desembocou em uma metodologia híbrida. Foi aí que se tomou conhecimento do trabalho desenvolvido pela médica psiquiatra brasileira Nise da Silveira (1905-1999) (Silveira, 2017), descrito e analisado no livro *Imagens do Inconsciente* (2017), no qual ela expõe o trabalho que realizou no Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

O trabalho de Nise foi inspiração para pensar uma prática em contexto de tratamento psiquiátrico, que se ancora em diferentes linguagens. A aposta principal foi na utilização de elementos palpáveis, produzindo-se então materialidades cujo resultado foi tornado público, para que mais pessoas pudessem conhecer o trabalho realizado dentro HCTP, na exposição *Materialidades do Inconsciente: exposição artística dos participantes da aula de teatro do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis.*

A exposição aconteceu no Departamento de Artes Cênicas da Udesc, em junho de 2024, e em outubro do mesmo ano, em um evento da Secretaria Estadual de Educação. Na primeira ocasião, quatro estudantes conseguiram autorização para visitar a universidade, conquistando a oportunidade de dialogarem sobre suas obras com pessoas que compuseram o público do evento.

Quando o prazo para o fechamento do HCTP se aproximou, muitas pessoas internadas foram desligadas do Hospital, permanecendo por lá apenas aquelas cujas famílias não queriam ou não poderiam recebê-las de volta em suas casas. Quando o HCTP já estava parcialmente interditado e não recebia mais pacientes, em julho de 2024, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC, 2024) obteve uma liminar para impedir o fechamento da instituição. Sendo assim, as portas foram reabertas e os homens em conflito com a lei diagnosticados com transtornos mentais e os que enlouqueceram nas prisões, estão sendo encaminhadas novamente para lá, visto que é a única instituição do estado com esse caráter.

Assistir ao possível encerramento do Hospital de Custódia, ao mesmo tempo em que se presencia a precariedade das vidas ali abrigadas, que não possuíam outro lugar para habitar, é encarar a contradição do sistema em que vivemos. Lutar pelo fim das prisões é lutar também pela implosão de um sistema que produz tantas existências em estado de vulnerabilidade.



Centro de Internação Feminina

O Centro de Internação Feminina é uma unidade socioeducativa que compõe o leque de instituições de aprisionamento de adolescentes do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), que é um órgão subordinado à Secretaria de Administração Prisional (SAP). A instituição tem como objetivo implantar medidas socioeducativas conforme a lei nº 12.594, de 2012. Tais medidas são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e são aplicadas a jovens em conflito com a lei no Brasil. O cumprimento das medidas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA) e privação de liberdade estão previstas alinhadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990).

Segundo o SINASE, as instituições socioeducativas devem ser norteadas pela educação integral e reintegração social, que são contrárias às lógicas punitivistas. As resoluções como a 77/2009, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reforçam o direito à educação, ao lazer e à cultura, que amparam, por meios legais, o acesso às linguagens artísticas no contexto de internação como um alicerce que legitima a cidadania. Sendo assim, obtendo todas as permissões previstas na lei, os encontros de teatro são permitidos dentro do CIF, o que possibilita nossa atuação extensionista. Porém, mesmo com todas as autorizações necessárias, a introdução da linguagem teatral em contexto socioeducativo ainda enfrenta diversas dificuldades.

Instituições como o Centro de Internação Feminina são instrumentos de reprodução das opressões que professam tentar combater, impondo um controle no comportamento das jovens sob uma ótica disciplinar, operando em uma lógica punitiva, desconsiderando as estruturas, como a desigualdade social e a violência de gênero, que são portas de entrada para que as adolescentes cometam infrações. Ao invés de ser um espaço que defenda a educação acima de tudo, é um lugar em que as individualidades das jovens são assoladas pela exclusão e pelo estigma social. As adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade no CIF são submetidas às marcas expostas em suas identidades, tendo que carregar para sempre em seus históricos suas passagens pelo sistema socioeducativo, dificultando seus retornos à sociedade que as condenam. Por isso, os debates sobre as opressões compuseram, em determinados momentos, a prática dentro dos encontros de teatro.



As aulas de teatro, ministradas atualmente pelo licenciando Pedro Henrique Vieira de Sousa, acontecem semanalmente tendo a duração de 1 hora e 30 minutos. Ali, as adolescentes são divididas em duas alas, denominadas alfabeticamente como Ala A e Ala B, que separam as duas turmas, que têm entre 3 a 5 alunas. A quantidade de alunas por aula é incerta. Ao longo da prática foi possível observar as oscilações frequentes da instituição em relação ao número de adolescentes. Isso acontece por conta das ordens judiciais que implementam as medidas socioeducativas de privação de liberdade aplicadas conforme a necessidade específica da pena que cada adolescente deve cumprir. Há exemplos de jovens que aguardam ordens judiciais e são rapidamente liberadas, ou em outros casos, as adolescentes sofrem a mudança de uma ala para a outra ou existem também os casos de meninas que chegam de uma hora para outra no CIF.

Durante as semanas, as aulas são ministradas para uma das turmas que compõem a ala. Ou seja, para a turma da Ala A os encontros de teatro acontecem a cada 15 dias e o mesmo ocorre com a Ala B. O espaço temporal entre as aulas colabora para as dificuldades de um projeto de trabalho contínuo. O campo é imprevisível e, sem dúvida, influencia nos pontos de desgaste presentes nas tentativas de construir um processo pedagógico que dialogue com todas as oscilações presentes na prática. Por isso, foi necessário o desenvolvimento de aulas que sejam executadas de modo aberto como, por exemplo, oficinas, acumulativas de conteúdo ou não.

O trabalho pedagógico nas prisões é uma tarefa árdua diante das barreiras administrativas que tentam imputar um controle absoluto dos corpos das adolescentes. É impossível imaginar um processo pedagógico em contexto prisional sem os mecanismos de defesa desenvolvidos pelas alunas, que se relacionam em tempo integral com um espaço de vigilância e punição. Por isso, a sugestão de prática de trabalho desenvolvida por Pedro Henrique Vieira de Sousa nos anos de 2023 e 2024 propunha desafiar a repressão dos corpos e emoções das adolescentes por meio da introdução da linguagem da palhaçaria.

O recorte trazido aqui enfoca as metodologias e recepção das jovens perante a proposta de introdução à palhaçaria nas aulas de teatro no ano de 2024. A primeira aula do ano foi marcada pela atuação de Pedro apresentando às estudantes o seu próprio palhaço, o Pedrada, que entrou em contato com as adolescentes mostrando cenas de *Na Poça do Matadouro*, um solo teatral que trata das memórias do artista a partir de sua relação com os 20 anos de cárcere do próprio pai. A proposta deste encontro inicial era apresentar o palhaço por meio de uma obra



que dialogasse com as questões de aprisionamento que atravessam, de maneiras diferentes, sua história pessoal com as das adolescentes do CIF.

Os encontros seguintes foram permeados por exercícios de improvisação coletivas, com ênfase no desenvolvimento de aspectos da palhaçaria. Os jogos eram voltados para a desconstrução dos corpos enrijecidos pelo sistema socioeducativo, procurando uma maneira de introduzir as jovens, de forma criativa e descontraída, para dentro das propostas teatrais que viriam a seguir. Os exercícios de improvisação contribuíram para a integração, frequentemente mutável, das alunas, entre si e com o próprio docente. A construção de um espaço seguro nas aulas de teatro sempre foi um objetivo almejado e através das práticas improvisacionais realizadas nos encontros, deixando-as confortáveis para brincar com o corpo, com a voz e a cena, atribuindo uma união coletiva de apoio entre elas.

Na palhaçaria, o contato com a própria subjetividade é o objeto de pesquisa mais importante para as experimentações acerca da linguagem. A desconstrução da lógica estrutural imposta pela sociedade é o caminho preferido de um palhaço para a subversão do sistema. Porém, ao longo das aulas voltadas para a iniciação aos elementos do teatro e da palhaçaria, os dilemas de oscilação e engajamento das jovens começaram a se apresentar com resistência, fazendo com que as práticas ficassem em um lugar de certo desinteresse, que não havia sido observado no início do semestre. As adolescentes se queixavam do cansaço, dos remédios que algumas faziam uso contínuo, das preocupações, da saudade de casa e, principalmente, de terem que acordar do sono depois do almoço para fazer a aula de teatro. Por mais que os exercícios fizessem efeito e transformassem o engajamento das jovens, era muito difícil provocar a disponibilidade das meninas para dar continuidade nas propostas do plano pedagógico.

Na medida em que os encontros avançavam, as práticas variavam entre dias de muito aproveitamento por parte das adolescentes em relação aos exercícios e entre dias em que elas nem tentavam participar das aulas, preferindo o conforto do banco para ficarem sentadas sem nenhuma tentativa de experimentar as práticas.

Essa disputa pelo engajamento das alunas é o maior dos desafios, dentre tantos outros imputados pelo espaço desolador das estudantes em privação de liberdade. Mas com o tempo e a confiança estabelecida pela troca das vulnerabilidades entre o extensionista e as estudantes, o que se espera é que as artes cênicas, a qual normalmente se atribui a característica da



efemeridade, produza interesses consistentes nas jovens que aceitaram o desafio de encarar sua própria palhaçaria.

Teatro no Presídio Feminino

Desde 2017, uma oficina permanente de teatro é oferecida no Presídio Feminino de Florianópolis, em aulas que acontecem aos sábados para um público variável de até 14 participantes. Esse número muda por razões alheias ao controle do projeto extensionista: integrantes podem ser transferidos de unidade ou ser libertos, por exemplo. Também não cabe ao projeto selecionar as integrantes: todo esse processo é conduzido pela unidade, que define os critérios de quem pode estar nas aulas. Importante afirmar que esta atividade é considerada atividade educacional complementar, garantindo remição de pena às alunas: a cada 12 horas de atividade, elas conquistam um dia a menos de pena.

Em 2019, o processo conseguiu consolidar suas estratégias de atuação, contando com a coordenação coletiva de 5 pessoas, oriundas de diversas ações. Além de Concílio, compunham equipe: a então doutoranda Caroline Vetori⁸, a professora Naguissa Takemoto Viegas (ambas ligadas diretamente à ação de extensão) e, a partir de junho, duas atrizes integrantes do Coletivo Nega⁹, Alexandra de Melo e Thuanny Paes passaram a integrar o processo, como parte do projeto “Mulheres Negras Resistem”. Os impasses provocados por um processo conduzido por tantas pessoas foram logo superados pelas afinidades, fortalecendo o desejo de desenvolver um espaço fértil à arte teatral e que estimula as alunas a desenvolver uma espécie de coragem de criar, seja nas improvisações teatrais, seja nos próprios processos de escrita propostos ao longo do processo.

Esses processos de escrita criativa foram a matriz do texto elaborado por Vetori (Souza, 2022), que coordenou as propostas de escrita criativa e muitas das improvisações que geraram o texto *Estendemos nossas memórias ao sol*. A partir do roteiro inicial, partiu-se para improvisações a cena era lida, e por meio do trabalho prático, o texto era alterado pelo jogo da

⁸ Caroline Vetori de Sousa é professora da Licenciatura em Artes Cênicas da Universidade Estadual e pesquisa dramaturgia e pedagogia das artes cênicas em espaços prisionais. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5944868538223342>

⁹ Coletivo formado por atrizes negras, cuja obra e atuação militante discute as relações entre racismo, feminismo negro e ancestralidade. @coletivonega



cena em um processo que alimentava a vitalidade do jogo cênico e mantinha vivo o trabalho criativo.

Esse espetáculo foi apresentado fora da unidade prisional em duas ocasiões: como espetáculo convidado do Festival Floripa Teatro – Isnard Azevedo, principal evento teatral da cidade de Florianópolis, e no Departamento de Artes Cênicas no Centro de Artes da Udesc. Ambas as apresentações foram conquistas obtidas graças ao apoio do judiciário e da equipe de direção e agentes da unidade.

Ao final das apresentações, enquanto as atrizes eram aplaudidas, era difícil não pensar sobre as dificuldades enfrentadas por aquelas vidas aprisionadas – e no quanto as artes cênicas contribuíram para que elas percebessem o quanto tinham direito também à arte, cultura e educação – e estamos enfatizando o “direito a”, pois nosso papel ali era garantir esse acesso. Tanto que, ao longo de 2020 e 2021, mesmo impedidos de acessar a unidade prisional por conta das medidas de distanciamento social, como já foi mencionado no início deste texto, a ação extensionista perseguiu alternativas a esse impasse: a que melhor se desenvolveu, um caderno de atividades que privilegia a escrita (dada a natureza do dispositivo) existe até hoje, e pode ser ofertada para qualquer mulher cumprindo pena de privação de liberdade.

As aulas acontecem até hoje, e a despeito do tempo em que a ação acontece, ela não está livre dos impasses que assolam a presença das artes cênicas em espaços de vigilância. Ano a ano, muitas das conquistas e avanços são postos à prova, colocando em suspensão a permanência do projeto e ampliando dúvidas quanto à utilidade mesma desta ação: a quem ela atende? Quem dela se beneficia? O teatro que acontece ali é suficiente para atingir algum debate mais amplo sobre o direito à arte e seu papel no ativismo sobre o desencarceramento?

Artes Cênicas e abolicionismo penal

Nosso trabalho é realizado em *instituições totais* (Goffman, 2015), e cada uma delas possui suas especificidades, suas próprias comunidades e seus modos de operação e controle. Erving Goffman organiza, em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos* (2015), às Instituições Totais em cinco grupos e em nosso trabalho estamos em contato com dois deles: os que ele classifica como “locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça a comunidade, embora de maneira não



intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários.” (Goffman, 2015, p. 17) e “organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias [...]” (Goffman, 2015, p.17).

O Presídio Feminino e Centro de Internação Feminino fazem parte do segundo grupo, já o Hospital de Custódia faz parte do primeiro e do segundo grupo. Essas três segregações atuam de maneira diferente na vida das pessoas internadas, o que nos leva a afirmar que construir propostas teatrais em espaços de privação de liberdade não pode ser efetuado, definido, classificado ou registrado de uma única maneira, visto que cada experiência é específica, constituída *com e a partir* das pessoas envolvidas - docentes e estudantes extensionistas.

Como os projetos de pesquisa e de extensão supracitados são construídos por muitas mãos, procuramos realizar semanalmente um diálogo para revisar nossas práticas e pensar criticamente sobre nossa atuação, que é uma tentativa de garantir que as pessoas em privação de liberdade tenham acesso à educação e à cultura. Reconhecemos quão violento e disfuncional é o sistema penitenciário e qual é o nosso posicionamento frente a isso. Não pretendemos realizar uma prática que se pretenda reformista, ou seja, não estamos inseridos nesse contexto para “melhorar” a vida dessas pessoas e transformá-las por meio do teatro. Nós já estudamos o sistema prisional e os discursos que o sustentam, e sabemos o quão ingênuo é o discurso da ressocialização.

Temos ciência de que o sistema penitenciário não funciona, não ressocializa e não diminui as taxas de delitos, crimes e violência, muito pelo contrário. O que corrobora com o nosso pensamento é olhar de maneira objetiva e científica para as prisões: cada vez mais pessoas são presas, e as taxas de criminalidade só aumentam (Borges, 2018). Acreditar que mais punitivismo resolve um problema que ele mesmo alimenta é evitar um enfrentamento que há muito é debatido pelas correntes abolicionistas penais de forma consistente.

O silêncio sobre as prisões e o desejo de fechar os olhos para as violações que acometem essas pessoas. Se há algo que as artes vivas em instituições punitivas podem nos ensinar é que não podemos mais desistir de ocupar espaços que parecem arredios à liberdade de criar. Esses espaços podem e devem ser ocupados pelas universidades, por meio de ações extensionistas e de pesquisa. Porque daqui a pouco, se seguirmos nos omitindo, onde restarão espaços livres?



Referências

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARDOSO, Amanda Dalsenter; SANTOS, Guilherme Augusto Nunes dos. Cenas fabuladas de vidas mutiladas: reflexões sobre as Artes Cênicas e as neurodivergências em contextos de privação de liberdade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO, 07., 2023, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos**. Juiz de Fora, 2023a. Disponível em: https://www.prisoess2023.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiNjAzIjt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjVhYTQ2MGIwNDUyMDgzZmIzOGYyMWIwYTM2YzY2MDNkIjt9&ID_ATIVIDADE=603. Acesso em: 30 ago. 2024.

CARDOSO, Amanda Dalsenter; SANTOS, Guilherme Augusto Nunes dos. Infiltrações, Fissuras e Subversões: um diálogo entre o teatro de animação e o hospital-prisão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO, 07., 2023, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos**. Juiz de Fora, 2023b. Disponível em: https://www.prisoess2023.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiNjAzIjt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjVhYTQ2MGIwNDUyMDgzZmIzOGYyMWIwYTM2YzY2MDNkIjt9&ID_ATIVIDADE=603. Acesso em: 24 nov. 2024.

CONCILIO, Vicente. Quem se interessa por “Memórias ao sol”? reflexões sobre os sentidos do teatro com mulheres aprisionadas. *In*: **Arte Inclusiva? Quem inclui quem?** Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP, 2021. p. 123-137.

CONCILIO, Vicente. **Criar atrás das grades, libertar-se das paredes** – desafios da cena construída no Presídio Feminino de Florianópolis. Caixa de Pont[o]: Jornal Brasileiro de Teatro, n. 11, p. 20, 2020.

CONCILIO, Vicente. **Teatro e prisão: dilemas da liberdade artística**. São Paulo: Hucitec, 2008.

CONCILIO, Vicente; VETORI, Caroline. **Das saídas que moram nas palavras**: caderno de atividades. São Paulo: Hucitec, 2022. Disponível em: <https://lojahucitec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/CLIQUE-AQUI-PARA-DOWNLOAD.pdf> Acesso em: 18 dez. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.



MARQUES, Laís Jacques; CONCILIO, Vicente; SILVEIRA, Túlio Fernandes; MACHADO, Flávia. O Teatro entre as grades do patriarcado: privação de liberdade e de experiências em uma prática no regime socioeducativo. **Urdimento** - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 39, p. 1-22, 2020. DOI: 10.5965/14145731033920200119. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18833>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MPSC. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. **MPSC obtém liminar para suspender fechamento do Hospital de Custódia**. Florianópolis, Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 11 de jul. 2024. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/mpsc-obtem-de-liminar-para-suspender-fechamento-do-hospital-de-custodia>— Acesso em: 24 nov. 2024.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, Caroline Vetori. **Estendemos nossas memórias ao sol: caminhos para uma dramaturgia da escuta com mulheres privadas de liberdade**. São Paulo: Hucitec, 2022.

Recebido: 27.10.2024

Aceito: 30.11.2024

Publicado: 19.12.2024



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

